

Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico

2023



Preparado por

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (CEPEI)

Aprovado por

COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO (CGPE)

[link Power Bi de monitoramento do PEI](#)

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Monitoramento do Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) referente ao ano de 2023. Este documento é resultado do importante trabalho realizado pela Assessoria de Planejamento e Gestão do MPPI, em consonância com o Mapa Estratégico vigente para o período de 2022 a 2029.

A elaboração da estratégia do Ministério Público piauiense foi conduzida de forma abrangente, contemplando as visões de diversos atores, instituições e lideranças envolvidas em nosso contexto. Mais do que a elaboração de um plano estratégico, buscamos o alinhamento e a organização das iniciativas em todo o Estado, visando um direcionamento claro e coeso para alcançarmos nossos objetivos comuns.

Em meio à correria do dia a dia, é comum perdermos de vista os objetivos institucionais, principalmente quando estes não estão claramente definidos. Esta lacuna pode resultar na falta de clareza sobre o rumo que estamos tomando e na dificuldade de avaliar se estamos alcançando os resultados esperados.

A definição de objetivos estratégicos é essencial no planejamento institucional, pois nos permite focar em melhorias tangíveis. Para isso, é fundamental realizar uma análise profunda das nossas ações. Essa prática não apenas nos auxilia a compreender nossa situação atual, mas também nos ajuda a traçar os caminhos futuros dentro do Instituição.

No decorrer do ano de 2023, o Ministério Público do Estado do Piauí empreendeu uma série de ações, projetos, programas, processos e iniciativas com o intuito de alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos. No presente relatório, serão detalhadas todas essas atividades, destacando seus impactos, desafios enfrentados e resultados alcançados.

Dentre as realizações mais significativas, destaca-se o avanço expressivo na fiscalização da destinação legal de drogas, armas, objetos e veículos apreendidos. A instituição dedicou esforços consideráveis para garantir a celeridade e aprimoramento da persecução penal, assegurando que tais itens fossem encaminhados de acordo com a legislação vigente, contribuindo assim para a eficácia da justiça criminal.

Além disso, o MPPI obteve progressos importantes na implementação de Fundos Municipais da Infância e Adolescência, viabilizando a captação e aplicação de recursos destinados a políticas públicas voltadas para esse segmento da população. Essa iniciativa demonstra o compromisso do Ministério Público com a proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes em todo o estado do Piauí.

No âmbito da proteção das vítimas, especialmente crianças e adolescentes, o MPPI fortaleceu suas ações por meio do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crime (NAVI/MPPI). Essa unidade promoveu medidas específicas para garantir o amparo e a assistência adequada às vítimas, inclusive com o direcionamento de recursos provenientes de ações de ressarcimento para auxiliar aqueles que foram prejudicados.

No que diz respeito à defesa do consumidor, o MPPI intensificou suas atividades de fiscalização, especialmente em postos de combustíveis, combatendo a venda clandestina e garantindo a qualidade dos produtos comercializados. Essas ações visam proteger os direitos dos consumidores e promover um mercado mais justo e transparente em todo o estado.

Além das conquistas nas áreas finalísticas, o MPPI também avançou significativamente na gestão administrativa. A implementação do Plano Anual de Contratações (PAC), o aprimoramento da gestão de projetos e o fomento à captação de recursos externos são exemplos de iniciativas que visam otimizar os processos internos e garantir uma atuação mais eficiente e transparente da instituição.

O presente Relatório de Monitoramento do Plano Estratégico do MPPI é mais do que um simples documento, é um instrumento valioso que nos permite avaliar o progresso de nossas iniciativas, corrigir rotas quando necessário e celebrar nossas conquistas. Agradecemos a todos que contribuíram para a elaboração deste relatório e reafirmamos nosso compromisso em continuar trabalhando incansavelmente pelo fortalecimento e cumprimento da missão do Ministério Público do Estado do Piauí.

Obrigado pela atenção.

Cleandro Alves de Moura

Procurador-Geral de Justiça

Objetivos Estratégicos

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) delineou um novo mapa estratégico que reflete uma abordagem integrada e unificada, visando a engajar todos os membros da instituição em seus objetivos estratégicos. Este novo mapa introduz objetivos transversais denominados "resultados para a sociedade", refletindo a ideia de integração e unidade.

No total, são 13 (treze) os objetivos estratégicos definidos, que abrangem tanto a atividade finalística quanto a atividade estruturante do MPPI:

- 1** Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência: Compreende o aprimoramento das técnicas e roteiros investigativos, bem como o reforço da estrutura humana e tecnológica, tanto na esfera cível quanto penal.
- 2** Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal: Busca garantir o sucesso das ações cíveis e penais propostas pelo MPPI, bem como a execução eficaz das sentenças, assegurando direitos e garantias a acusados e vítimas.
- 3** Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional: Visa fomentar operações conjuntas, forças-tarefas, termos de cooperação técnica e ações entre unidades e ramos do MPPI, assim como com instituições parceiras.
- 4** Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais: Refere-se à conservação dos direitos humanos e sociais em todas as áreas de atuação do MPPI.
- 5** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social: Envolve a estruturação de atividades preventivas sistemáticas do MPPI.
- 6** Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos: Busca promover novas formas de escuta qualificada da população e de diálogo deliberativo.

Além desses, foram definidos objetivos transversais:

- 7** Disseminar práticas de governança e gestão: Visa a avaliar, monitorar, articular, coordenar e alinhar os objetivos estratégicos do MPPI com sua missão e visão.
- 8** Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação: Inclui a adoção de rotinas ecologicamente sustentáveis e a conscientização para a preservação ambiental.

Para a perspectiva de Aprendizado e Crescimento, foram propostos cinco objetivos:

- 9** Assegurar a disponibilidade e aplicação eficiente dos recursos orçamentários: Envolve o monitoramento da aplicação dos recursos por meio de ferramentas de controle interno e transparência.
- 10** Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada: Inclui a adoção de modelos padronizados de compras e contratações compartilhadas para redução de custos e padronização de serviços.
- 11** Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional: Visa ao aprimoramento do relacionamento do MPPI com a sociedade e a comunicação interna.
- 12** Promover a gestão por competências e qualidade de vida no trabalho: Inclui o desenvolvimento de habilidades de liderança, gestão por competências e promoção da qualidade de vida no trabalho.
- 13** Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras: Envolve a governança de TI, o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades dos servidores e o suporte aos processos de negócio por meio da inovação tecnológica.

Esses objetivos refletem o compromisso do MPPI com a excelência em sua atuação, visando o fortalecimento institucional e o benefício da sociedade piauiense.

Programas e Ações Estratégicas

O Planejamento Estratégico do MPPI adota uma abordagem abrangente e segmentada, reconhecendo a complexidade e diversidade das atividades desempenhadas pela nossa instituição. Priorizamos 25 programas e 69 ações na área finalística, voltadas para a promoção da justiça e defesa dos direitos dos cidadãos, bem como 12 programas e 24 ações na área estruturante, destinadas a garantir o suporte e eficiência das operações institucionais.

Área Finalística: Missão Principal do MPPI

A área finalística compreende as atividades diretamente relacionadas à nossa missão principal. Nela, concentramos nossos esforços em investigações, processos judiciais, mediação de conflitos e outras ações voltadas para a aplicação da lei e proteção dos interesses públicos e individuais. O cumprimento efetivo desses programas e ações é crucial para a garantia da segurança jurídica, proteção dos direitos e promoção da justiça em toda a sociedade.

Programas e Ações na Área Finalística:

- Corrupção e Patrimônio Público
- Educação e Cidadania
- Saúde
- Segurança Pública
- Infância e Adolescência
- Criminal
- Meio Ambiente
- Consumidor

Área Estruturante: Suporte e Eficiência Operacional

A área estruturante engloba as atividades de suporte e apoio necessárias para viabilizar nossa atuação finalística de forma eficiente e eficaz. Aqui, concentramos esforços em gestão administrativa, recursos humanos, financeiros, tecnológicos e comunicação institucional. O cumprimento desses programas e ações é essencial para assegurar a eficiência operacional, credibilidade institucional e sustentabilidade do MPPI a longo prazo.

Programas e Ações na Área Estruturante:

- Comunicação Social
- Controle Interno
- Gestão Administrativa
- Gestão de Pessoas
- Gestão Orçamentária
- Tecnologia da Informação

A organização das ações entre área finalística e estruturante reflete nossa compreensão da diversidade de responsabilidades do MPPI. O cumprimento efetivo dos programas e ações em ambas as áreas é fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos definidos pela nossa instituição e o cumprimento de nossa missão institucional.

Corrupção e Patrimônio Público

No âmbito do Eixo Temático Corrupção e Patrimônio Público, o Ministério Público do Estado do Piauí direcionou esforços significativos para priorizar programas e ações que visam combater a corrupção e garantir a integridade na gestão dos recursos públicos. Reconhecendo a gravidade dos desafios enfrentados nessa área e o impacto direto que têm na sociedade, foram delineadas estratégias específicas para lidar com essas questões prementes.

Programa: Combater à corrupção e intensificar a fiscalização sobre a aplicação dos recursos		
Ação 1: Fiscalizar o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos		
Indicador 1: N° de irregularidades identificadas	2022: 71	2023: 00
Ação 2: Fomentar criação de mecanismos de controle social, através do aprimoramento dos portais de transparência dos entes públicos		
Indicador 1: N° de órgãos públicos analisados	2022: 11	2023: 00
Ação 3: Fomentar a utilização das trilhas do Sistema SAI pelos Promotores de Justiça		
Indicador 1: N° de servidores e membros capacitados	2022: 00	2023: 00
Indicador 2: N° de acesso ao SAI	2022: 08	2023: 08

Programa: Combater à corrupção e intensificar a fiscalização sobre a aplicação dos recursos		
Ação 1: Dar suporte aos órgãos de controle (Nova Lei de Licitações)		
Indicador 1: N° de municípios avaliados	2022: 00	2023: 00

Programa: Promover ações extrajudiciais para combater a Corrupção e o Patrimônio Público		
Ação 1: Capacitar membros e servidores na condução de procedimentos extrajudiciais, com utilização de sistemas como SAGRES, BID, etc		
Indicador 1: N° de membros e servidores capacitados nas oficinas	2022: 241	2023: 98
Indicador 2: N° de acessos ao portal do conveniado do TCE	2022: 171	2023: 137

Educação e Cidadania

No Eixo Temático de Educação e Cidadania, o Ministério Público do Estado do Piauí definiu como prioridade a implementação de programas e ações destinados a assegurar a oferta de uma educação de qualidade, bem como a proteção dos direitos fundamentais da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. Reconhecendo a importância dessas áreas para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, o MPPI dedicou esforços significativos para promover a igualdade de acesso e oportunidades para todos os cidadãos.

Programa: Garantir educação de qualidade		
Ação 1: Fomentar a fiscalização do fornecimento dos programas suplementares (alimentação, transporte, estrutura das escolas, etc.)		
Indicador 1: N° de municípios fiscalizados	2022: 74	2023: 49
Indicador 2: N° de portarias instauradas	2022: 55	2023: 54
Indicador 3: Número de TACs firmados	2022: -	2023: -
Indicador 4: Número de escolas públicas reformadas	2022: -	2023: -
Ação 2: Fomentar ações voltadas para a busca ativa escolar e a garantia da educação inclusiva		
Indicador 1: N° de ações para busca ativa escolar e a garantia da educação inclusiva	2022: 13	2023: 60
Indicador 2: N° de Comitês de Educação Inclusiva criados nos municípios	2022: 01	2023: 01
Indicador 3: N° de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados	2022: 23.985	2023: 30.593
Indicador 4: N° de salas de recursos multifuncionais implantadas	2022: -	2023: 157
Ação 3: Promover medidas judiciais e extrajudiciais em parceria com a Rede de Apoio da Educação para o fortalecimento da relação escola e família		
Indicador 1: N° de portarias expedidas	2022: -	2023: -
Indicador 2: N° de TAC celebrados	2022: -	2023: -
Indicador 3: N° de parcerias com órgãos e instituições	2022: 03	2023: -
Indicador 4: N° de projetos desenvolvidos	2022: 01	2023: 01

Ação 4: Promover medidas judiciais e extrajudiciais para o fortalecimento da Rede de Assistência Social		
Indicador 1: N° de portarias expedidas	2022: 09	2023: 16
Indicador 2: N° de CRAS E CREAS fiscalizados	2022: 31 e 11	2023: 08 e 10
Indicador 3: N° de municípios com equipe técnica completa e capacitada nos CRAS e CREAS	2022: -	2023: -
Indicador 4: Número de municípios com estrutura física e de equipamentos adequados, conforme previsão legal, para o funcionamento do CRAS e CREAS	2022: 00	2023: 00
Indicador 5: N° de projetos e formações realizadas	2022: -	2023: -
Indicador 6: N° de municípios com o SCFV em funcionamento no Estado do Piauí	2022: -	2023: -
Indicador 7: N° de municípios com serviços de PSBD para pessoas com deficiência e idosos oferecidos no Estado do Piauí	2022: 00	2023: 00
Ação 5: Fomentar a educação em Direitos Humanos na sociedade piauiense e a articulação dos órgãos do estado e da sociedade na defesa desses direitos		
Indicador 1: N° de pessoas formadas	2022: 2.000	2023: 642
Indicador 2: N° de pessoas alcançadas pelos eventos e campanhas	2022: 5.000	2023: -
Indicador 3: N° de ações para a garantia dos Direitos Humanos	2022: 17	2023: 04
Indicador 4: N° de material informativo distribuído	2022: 2.000	2023: -
Indicador 5: N° de parcerias com órgãos e instituições	2022: 19	2023: 02

Programa: Garantir os direitos da pessoa idosa		
Ação 1: Fomentar a política pública de defesa do idoso nos municípios		
Indicador 1: N° de portarias expedidas	2022: 90	2023: 117
Indicador 2: N° de recomendações expedidas	2022: 09	2023: 04
Indicador 3: N° de TACs firmados	2022: -	2023: -
Indicador 4: N° de projetos e formações realizadas	2022: 01	2023: 01
Indicador 5: N° de pessoas capacitadas	2022: -	2023: 3.840
Indicador 6: N° de parcerias com órgãos e instituições	2022: 14	2023: -
Ação 2: Fomentar a criação de novas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e padronizar a qualidade do atendimento das existentes		
Indicador 1: N° de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) criadas	2022: 00	2023: 00
Indicador 2: N° de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) inspecionadas	2022: 09	2023: 09
Indicador 3: N° de projetos e formações realizadas	2022: 01	2023: 00
Indicador 4: N° de pessoas capacitadas	2022: -	2023: -

Programa: Garantia dos Direitos da Pessoa com Deficiência		
Ação 1: Promover campanhas, eventos e formações visando a quebra das barreiras atitudinais		
Indicador 1: N° de pessoas capacitadas	2022: 35.918	2023: -
Indicador 2: N° de pessoas alcançadas pelos eventos e campanhas	2022: 2.800	2023: -
Indicador 3: N° de ações para garantia dos Direitos da Pessoa com Deficiência	2022: 04	2023: 04
Indicador 4: N° de material informativo distribuído	2022: 1.000	2023: -
Indicador 5: N° de parcerias com órgãos e instituições	2022: 10	2023: -
Ação 2: Promover medidas judiciais e extrajudiciais a fim de garantir a acessibilidade da pessoa com deficiência		
Indicador 1: N° de portarias expedidas	2022: 57	2023: 84
Indicador 2: N° de TACs celebrados	2022: 01	2023: -
Indicador 3: N° de ações judiciais interpostas	2022: -	2023: -
Indicador 4: N° de vitorias realizadas	2022: 76	2023: 28
Indicador 5: N° de locais de uso coletivo e órgãos públicos que se adequaram as normas de acessibilidade.	2022: -	2023: -

Saúde

No Eixo da Saúde, o Ministério Público do Estado do Piauí focou em garantir acesso equitativo e de qualidade aos serviços de saúde. As ações prioritizadas incluíram gestão da assistência farmacêutica e estruturação de hospitais, unidades básicas de saúde e saúde mental, visando o bem-estar da população e conformidade com a legislação sanitária.

Programa: Fomentar a gestão da assistência farmacêutica, para garantir o acesso dos usuários do SUS aos medicamentos do componente básico, com base na legislação sanitária		
Ação 1: Articular a realização de fiscalização pela vigilância sanitária nos serviços de assistência farmacêutica municipais		
Indicador 1: Nº de fiscalizações realizadas	2022: 28	2023: 30
Ação 2: Fomentar a implantação e utilização do sistema de gestão da assistência farmacêutica - HORUS		
Indicador 1: Percentual (%) de municípios que alimentam o sistema HORUS	2022: 56,25%	2023: 65,00%

Programa: Promover a estruturação dos hospitais, unidades básicas de saúde e serviços de saúde mental		
Ação 1: Desenvolver campanhas conjuntas com as secretarias de saúde		
Indicador 1: Quantidade de campanhas realizadas	2022: 01	2023: 01
Ação 2: Promover a integração e articulação dos serviços de saúde e de assistência social		
Indicador 1: Nº de audiências realizadas (saúde mental)	2022: 07	2023: 64
Indicador 2: Nº de inspeções realizadas	2022: 18	2023: 10
Ação 3: Articular e dialogar com os secretários de saúde para a estruturação dos hospitais e das Unidades Básicas de Saúde		
Indicador 1: Nº de audiências realizadas (saúde mental)	2022: 38	2023: 191
Indicador 2: Nº de inspeções nos hospitais realizadas	2022: 21	2023: 34
Ação 4: Promover fiscalizações periódicas para monitoramento dos serviços		
Indicador 1: Nº de fiscalizações realizadas	2022: 36	2023: 44
Ação 5: Fomentar a participação dos secretários de saúde nas Comissões Intergestores Regionais - CIR		
Indicador 1: Percentual de secretários de saúde por região de saúde, que participaram das reuniões da CIR	2022: 100,00%	2023: 0,00%

Segurança Pública

No Eixo Temático de Segurança Pública, o Ministério Público do Estado do Piauí priorizou programas e ações voltadas para garantir a eficácia e integridade do sistema de segurança, bem como promover a prevenção e o combate à criminalidade. Reconhecendo a importância crucial da segurança para a tranquilidade e bem-estar da população, o MPPI concentrou esforços em diversas áreas-chave. Essas medidas são essenciais para promover a paz e a segurança em nosso estado.

Programa: Fiscalizar a destinação legal de drogas, armas, objetos e veículos apreendidos, vestígios e valores de fiança criminal, com a finalidade de conferir celeridade e promover o aperfeiçoamento da persecução penal		
Ação 1: Fiscalizar e acompanhar a apreensão, movimentação, acondicionamento, armazenamento e incineração de drogas apreendidas pelas forças de segurança pública, com a finalidade de prevenir e/ou corrigir irregularidades e desvios da conduta policial, bem como de suprir falhas na produção probatória, inclusive técnica, para fins de investigação criminal		
Indicador 1: Quilogramas ou toneladas de drogas incineradas, nos termos do § 4º do art. 50 e do art. 50-A da Lei nº 11.343/06	2022: 2.000kg	2023: 43.137 kg
Ação 2: Fiscalizar e acompanhar a destinação legal de armas de fogo, munições e acessórios apreendidos que não mais interessem ao processo judicial, com a finalidade de evitar a realização de exames periciais desnecessários, melhorar as condições de trabalho dos órgãos de perícia e conferir maior celeridade à persecução penal		
Indicador 1: Nº de armas de fogo, munições e acessórios destruídos e/ou doados às forças de segurança pública, nos termos do caput do art. 25 da Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento)	2022: 431	2023: 6.268
Ação 3: Fiscalizar e acompanhar a destinação legal de objetos e veículos apreendidos vinculados e não vinculados a procedimentos ou processos judiciais e que não mais interessem à persecução penal, inclusive para fins de alienação antecipada, nos termos do art. 144-A do CPP		
Indicador 1: Nº de objetos e veículos apreendidos vinculados e não vinculados a procedimentos ou processos judiciais alienados, por meio de leilão judicial, nos termos do art. 144-A do CPP	2022: 2.028	2023: 2.028
Ação 4: Fiscalizar e acompanhar a destinação legal de vestígios, amostras de órgãos e tecidos armazenados em prédios da polícia técnico-científica do estado do Piauí, quando não mais interessem à persecução penal, com o fim de melhorar as condições de trabalho dos órgãos de perícia e conferir maior celeridade à persecução penal		
Indicador 1: Nº de vestígios, amostras de órgãos e tecidos descartados, nos termos do inciso X do art. 158-B do Código de Processo Penal	2022: 00	2023: 00

Ação 5: Fiscalizar e acompanhar os valores recolhidos a título de fiança criminal no âmbito de procedimentos policiais, com a finalidade de garantir que sejam mantidos em contas judiciais vinculadas ao respectivo processo, bem como a devida destinação, nos termos do art. 345 e seguintes do Código de Processo Penal.		
Indicador 1: Nº de objetos e veículos apreendidos vinculados e não vinculados a procedimentos ou processos judiciais alienados, por meio de leilão judicial, nos termos do art. 144-A do CPP	2022: -	2023: -
Indicador 2: Valor total arrecadado, em pecúnia, em razão da alienação antecipada de objetos e veículos apreendidos vinculados e não vinculados a procedimentos ou processos judiciais que não mais interessam à persecução penal	2022: 00	2023: 00

Programa: Integrar as funções do Ministério Público, da Polícia Civil e da Polícia Técnico-Científica, por meio do compartilhamento de informações de segurança pública e do acesso online dos integrantes do MPPI aos procedimentos policiais eletrônicos e aos bancos de laudos periciais, com a finalidade de promover a celeridade da persecução criminal e o aperfeiçoamento do controle externo da atividade policial

Ação 1: Conferir aos membros do MPPI acesso online ao SINESP PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos) e ao Banco Nacional de Boletins de Ocorrência, por meio de perfil próprio (PPE Pesquisas), com a finalidade de permitir a fiscalização e o acompanhamento, em tempo real, do registro e da tramitação de boletins de ocorrência e procedimentos policiais nas unidades da Polícia Civil, no exercício do controle externo da atividade policial (Projeto MPPI conectado ao SINESP PPE)

Indicador 1: Nº de membros do MPPI com atribuição criminal cadastrados e aptos a utilizarem o SINESP PPE	2022: 54	2023: 90
--	----------	----------

Ação 2: Conferir aos membros do MPPI, por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica para a implementação de módulo do sistema AMPLO – Acompanhamento e Monitoramento de Perícias e Laudos Oficiais do Instituto de Criminalística (ICRIM) no BID - Busca Integrada de Dados do MPPI, as funcionalidades de busca e download de laudos periciais para fins de instrução e impulsionamento dos respectivos processos criminais, independentemente de vistas dos autos pelo judiciário, conferindo celeridade à persecução penal (Projeto Integrar e Acelerar+ fase 1)

Indicador 1: Nº de downloads de laudos periciais do ICRIM por meio do módulo do AMPLO no BID	2022: 1.480	2023: 1.480
--	-------------	-------------

Ação 3: Conferir aos membros do MPPI, por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica para a implementação de módulo do sistema AMBROISE, do Instituto de Medicina Legal (IML), no BID - Busca Integrada de Dados do MPPI, as funcionalidades de busca e download de laudos periciais para fins de instrução e impulsionamento dos respectivos processos criminais, independentemente de vistas dos autos pelo judiciário, conferindo celeridade à persecução penal (Projeto Integrar e Acelerar+ fase 2)

Indicador 1: Nº de downloads de laudos periciais do IML por meio do módulo do AMBROSIE no BID	2022: 00	2023: 00
---	----------	----------

Ação 4: Conferir aos membros do MPPI, por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica para a implementação de módulo do sistema de identificação criminal e civil iBIOSeg, do Instituto de Identificação, no BID - Busca Integrada de Dados do MPPI, nos termos do inciso VIII do art. 5º da Lei nº 13.675/18, que estabelece como diretriz da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) a sistematização e compartilhamento das informações de segurança pública (Projeto Integrar e Acelerar+ fase 3)

Indicador 1: Nº de consultas ao iBIOSeg realizadas por meio do BID	2022: 00	2023: 00
--	----------	----------

Programa: Fomentar, acompanhar e fiscalizar a nomeação e a distribuição do efetivo da Polícia Militar (PMPI), Polícia Civil (PCPI) e Corpo de Bombeiros Militar (CBMEPI) de acordo com critérios técnicos (inciso X do art. 5º da Lei nº 13.675/18), com priorização das operações preventivas e fiscalizatórias integradas com a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas divisas, consoante estabelece o inciso IV do art. 22 da Lei nº 13.675/18 e a alínea “g” da Ação estratégica 2 do Plano Nacional de Segurança Pública 2021-2030 (PNSP) - Anexo do Decreto nº 10.822/21

Ação 1: Averiguar o déficit atual de efetivo em cada força estadual de segurança pública, fiscalizar a legalidade dos atos de cessão e/ou disposição, bem como o cumprimento dos limites máximos para cessão de profissionais da segurança pública para outros órgãos, com a finalidade de aferir a conformidade e a adequação entre o efetivo total e o número de servidores em atuação na atividade fim da PMPI, PCPI e CBMEPI

Indicador 1: Nº de nomeações de profissionais da segurança pública concursados para os quadros de cada força estadual de segurança pública (PMPI, PCPI e CBMEPI)	2022: 1.176	2023: 1.300
--	-------------	-------------

Ação 2: Fomentar o aumento do efetivo das forças estaduais de segurança pública (PMPI, PCPI e CBMEPI), por meio da realização de concursos públicos e nomeação dos candidatos aprovados, e a distribuição dos profissionais de segurança pública de acordo com critérios técnicos, nos termos do inciso X do art. 5º da Lei nº 13.675/18

Indicador 1: Nº de profissionais da segurança pública cedidos e/ou à disposição de outros órgãos que retornou para o exercício da atividade-fim no âmbito da força policial de origem (PMPI, PCPI e CBMEPI)	2022: 13	2023: 13
---	----------	----------

Ação 3: Fomentar, em atuação interinstitucional com o Ministério Público Federal (MPF), a adoção das providências legais cabíveis para fortalecer a presença da PF e da PRF nas divisas e nas regiões sul e extremo-sul do estado do Piauí e garantir a existência de efetivo suficiente de policiais federais e policiais rodoviários federais, em cooperação e de forma integrada com as forças estaduais de segurança pública, no âmbito das respectivas atribuições, com foco no enfrentamento dos crimes de maior potencial ofensivo, nos termos da alínea “g” da Ação estratégica 2 do PNSP 2021-2030 (Anexo do Decreto nº 10.822/21)

Indicador 1: Nº de unidades da PRF e da PF criadas e instaladas no âmbito do estado do Piauí e número de policiais federais e de policiais rodoviários federais designados/lotados para atuar na região sul e extremo-sul e nas divisas	2022: 00	2023: 00
---	----------	----------

Programa: Fomentar a participação dos municípios nas ações de prevenção primária à violência e à criminalidade, consoante metas de resultado previstas no item 2.1 do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) 2021-2030, por meio da criação, implementação e efetivo funcionamento dos conselhos e fundos municipais de segurança pública, consoante estabelece o art. 19 e seguintes da Lei nº 13.675/18

Ação 1: Fomentar, fiscalizar e acompanhar a criação, implementação e efetivo funcionamento dos conselhos municipais de segurança pública, com participação social, e atribuição de propor diretrizes para as políticas públicas de segurança pública e defesa social no âmbito dos respectivos municípios, com vistas à prevenção e à repressão da violência e da criminalidade, nos termos do § 5º do art. 21 da Lei nº 13.675/18

Indicador 1: Nº de Conselhos Municipais de Segurança Pública criados	2022: 00	2023: 00
--	----------	----------

Ação 2: Fomentar, fiscalizar e acompanhar a elaboração, implantação e execução, pelos municípios, dos respectivos planos municipais de segurança pública, com base no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, nos termos dos §§ 3º e 5º do art. 22 da Lei nº 13.675/18, e observadas as diretrizes estabelecidas no art. 24 da Lei nº 13.675/18

Indicador 1: Nº de Planos Municipais de Segurança Públicas criados	2022: 00	2023: 00
--	----------	----------

Ação 3: Fomentar, fiscalizar e acompanhar a criação e implementação dos fundos municipais de segurança pública, bem como a adoção de estratégias para maior eficiência no uso dos recursos dos mencionados fundos e daqueles oriundos de outras fontes de financiamento, consoante alínea “j” da Ação estratégica 1 do Plano Nacional de Segurança Pública 2021-2030 (PNSP) - Anexo do Decreto nº 10.822/21		
Indicador 1: Nº de Fundos Municipais de Segurança Pública criados	2022: 00	2023: 00
Ação 4: Fomentar parcerias entre os municípios e entidades públicas e privadas (por exemplo: Banco do Brasil e outras instituições financeiras, universidades/faculdades; ONGs; associações; Fórum Nacional de Segurança Pública), para a execução de políticas de segurança pública, consoante inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 13.675/18		
Indicador 1: Valores, em pecúnia, destinados e efetivamente repassados aos Fundos Municipais de Segurança Pública criados	2022: 00	2023: 00

Programa: Fomentar, fiscalizar e acompanhar a melhoria das condições de trabalho e da estrutura física das unidades da Polícia Militar (PMPI), da Polícia Civil (PCPI) e do Departamento de Polícia Técnico-Científica (DPTC), a partir da sistematização das informações obtidas nas visitas técnicas realizadas em consonância com a Resolução CNMP nº 20/2007

Ação 1: Realizar visitas técnicas às unidades da Polícia Militar (PMPI), da Polícia Civil (PCPI) e do Departamento de Polícia Técnico Científica (DPTC), em consonância com o disposto na Resolução CNMP nº 20/2007 e com fluxo procedimental próprio estabelecido no âmbito do MPPI para as providências prévias (pré-visita), concomitantes (visita) e posteriores (pós-visita) às inspeções nas referidas unidades policiais		
Indicador 1: Nº de unidades da PMPI, PCPI e DPTC visitadas pelos membros do MPPI com atribuição para o controle externo da atividade policial.	2022: -	2023: -
Indicador 2: Nº de unidades da PMPI com estado de conservação bom ou ótimo, consoante item 4.2 do Formulário Visita Técnica a Estabelecimento Militar Estadual, do CNMP	2022: -	2023: -
Ação 2: Fomentar, acompanhar e fiscalizar a adoção de providências, pelos órgãos estaduais de segurança pública, para a melhoria das condições de trabalho dos policiais e da infraestrutura das unidades policiais visitadas, e para a implementação de políticas públicas na área de segurança pública		
Indicador 1: Nº de unidades da PCPI com estado de conservação bom ou ótimo, consoante item 3.2 do Formulário Visita Técnica a Delegacia Estadual, do CNMP	2022: -	2023: -
Indicador 2: Nº de unidades do DPTC com estado de conservação bom ou ótimo, consoante item 3.2 do Formulário Visita Técnica à Perícia Estadual, do CNMP	2022: -	2023: -

Programa: Fomentar a atuação conjunta do MP com as demais forças de segurança no combate às facções criminosas

Ação 1: Fomentar a utilização do instituto de delação premiada na persecução penal, no intuito de recuperar os proveitos econômicos dos atos criminosos, bem como elucidar as infrações penais, identificando a contribuição dos agentes na empreitada criminosa		
Indicador 1: Nº de membros capacitados para condução e otimização dos processos ou investigações que envolvam delatores ou possíveis delatores	2022: -	2023: -

Infância e Adolescência

No Eixo Temático de Infância e Adolescência, o Ministério Público do Estado do Piauí direcionou seus esforços para priorizar programas e ações que fortaleçam o direito à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente, assim como para reforçar a atuação da rede de proteção desses grupos vulneráveis. Reconhecendo a importância crucial dessas medidas para o desenvolvimento saudável e integral das crianças e adolescentes, o MPPI empenhou-se em promover e ações que visam proteger os direitos da infância e adolescência, garantindo que todas as crianças e adolescentes tenham acesso a uma convivência familiar e comunitária saudável e protetora, bem como a uma rede de proteção eficaz e articulada.

Programa: Fortalecer o direito à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente		
Ação 1: Fomentar a implementação de famílias acolhedoras nos municípios piauienses		
Indicador 1: Nº de famílias acolhedoras implantadas	2022: 00	2023: 00
Ação 2: Uniformizar a atuação ministerial nos procedimentos de acolhimento e adoção de criança e de adolescentes		
Indicador 1: Nº de fluxos padronizados	2022: 00	2023: 00
Ação 3: Capacitar membros e servidores nos fluxos de acolhimento e adoção de criança e de adolescentes		
Indicador 1: Percentual de membros e servidores capacitados	2022: 0,00%	2023: 0,00%

Programa: Fortalecer a atuação da rede de proteção de crianças e adolescentes		
Ação 1: Capacitar atores da rede de proteção de crianças e adolescentes		
Indicador 1: Nº de conselheiros tutelares capacitados	2022: 1.240	2023: 1.533
Ação 2: Fomentar a implementação do Sistema de Informação para infância e adolescência - SIPIA nos conselhos tutelares		
Indicador 1: Percentual de conselhos tutelares que utilizam o sistema	2022: 0,00%	2023: 0,00%
Ação 3: Fomentar a implementação do Fundo da Infância e Adolescência- FIA dos municípios		
Indicador 1: Percentual de fundos implantados e aptos a receber recurso	2022: 25,00%	2023: 58,04%
Ação 4: Fomentar a estruturação dos conselhos de direito da criança e do adolescente		
Indicador 1: Percentual de conselhos de direito estruturados	2022: 00	2023: 00

Criminal

No Eixo Temático Criminal, o Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) direcionou sua atenção para priorizar programas e ações que visam a proteção das vítimas, especialmente em casos envolvendo crianças e adolescentes, bem como para promover a fiscalização de licitações e contratos públicos, com foco no combate à criminalidade e à improbidade administrativa.

Programa: Promover ações institucionais de proteção à vítima		
Ação 1: Promover e divulgar espaços de acolhimento das vítimas, onde elas podem receber assistência psicológica, social e jurídica		
Indicador 1: N° de vítimas atendidas pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas - NAVI	2022: 01	2023: 85
Ação 2: Priorizar o ressarcimento dos danos à vítima nos acordos de não persecução penal (ANPP) e cível (ANPC)		
Indicador 1: Soma dos valores (R\$) cobrados em ações de ressarcimento	2022: -	2023: R\$ 115.161,50
Indicador 2: Soma dos valores (R\$) efetivamente arrecadados em ações de ressarcimento	2022: -	2023: R\$ 111.929,50
Indicador 3: Soma dos valores (R\$) de execução ajuizadas pelo Ministério Público em favor das vítimas	2022: -	2023: -
Indicador 4: Soma dos valores (R\$) efetivamente arrecadados em execução ajuizadas pelo Ministério Público em favor das vítimas	2022: -	2023: -
Indicador 5: Soma dos valores (R\$) dos ANPP	2022: -	2023: -
Indicador 6: Soma dos valores (R\$) efetivamente arrecadados em ANPP	2022: -	2023: -
Indicador 7: Soma dos valores (R\$) dos ANPC	2022: -	2023: -
Indicador 8: Soma dos valores (R\$) efetivamente arrecadados em ANPC	2022: -	2023: -

Programa: Priorizar as ações penais em que crianças e adolescentes figurem como vítimas		
Ação 1: Capacitar os agentes que irão trabalhar com ações penais		
Indicador 1: N° de agentes capacitados	2022: 39	2023: 00

Programa: Fomentar a fiscalização de licitações e contratos públicos com foco no combate à criminalidade e improbidade administrativa

Ação 1: Fortalecer parcerias com o TCE para Facilitar investigação de crimes de corrupção

Indicador 1: N° de denúncias com base no controle social	2022: -	2023: -
--	---------	---------

Ação 2: Criar ferramentas de prevenção e investigação de crimes em licitações públicas e contratos

Indicador 1: N° de alertas de indícios de fraudes no sistema	2022: -	2023: -
--	---------	---------

Meio Ambiente

No eixo temático Meio Ambiente, o Ministério Público do Estado do Piauí direcionou seus esforços para priorizar programas e ações que visam à proteção e preservação do meio ambiente, reconhecendo sua importância vital para o bem-estar e a qualidade de vida da população. Nesse sentido, foram estabelecidas medidas estratégicas em três áreas-chave: fomento ao encerramento dos lixões nos municípios piauienses, combate à degradação de matas ciliares e promoveu a preservação das nascentes dos rios piauienses e fomento à expansão da rede de saneamento básico do Estado.

Programa: Fomentar o encerramento dos lixões nos Municípios piauienses		
Ação 1: Firmar termo de cooperação com as instituições, para implementar o fim dos lixões e promover fiscalização permanente da destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos		
Indicador 1: N° de acordos de cooperação técnica firmados	2022: 11	2023: 27
Ação 2: Promover a mobilização das instituições para elaborar o diagnóstico situacional dos lixões		
Indicador 1: N° de diagnósticos situacionais elaborados	2022: 86	2023: 109
Ação 3: Promover ações e publicações educativas para destinação do lixo urbano		
Indicador 1: N° de pessoas alcançadas pelos eventos e campanhas	2022: 1.505.160	2023: 3.375
Ação 4: Fomentar o encerramento de lixões e a implementação de soluções ambientalmente adequadas para a destinação final de resíduos sólidos		
Indicador 1: N° de procedimentos instaurados	2022: 37	2023: 67
Indicador 2: N° ACPs ajuizadas	2022: 03	2023: 03
Indicador 3: N° de termo de ajustamento de conduta- TAC celebrados	2022: 11	2023: 24
Indicador 4: Quantidade de lixões encerrados	2022: 04	2023: 07
Indicador 5: Quantidade de municípios que implementaram soluções ambientalmente adequadas para a destinação final de resíduos sólidos	2022: 11	2023: 26

Programa: Combater a degradação de matas ciliares e preservação das nascentes dos rios piauienses.		
Ação 1: Estimular junto aos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, o mapeamento das áreas de degradação das matas ciliares dos rios Poty e Parnaíba		
Indicador 1: N° de km do leito dos rios mapeados	2022: -	2023: -
Ação 2: Promover ações e publicações educativas para preservação dos rios piauienses		
Indicador 1: N° de pessoas alcançadas pelos eventos e campanhas	2022: -	2023: -

Ação 3: Estimular junto aos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, o mapeamento das áreas de nascentes dos rios piauienses		
Indicador 1: N° de km do leito dos rios mapeados	2022: -	2023: -
Ação 4: Fomentar a recomposição das áreas de matas ciliares degradadas que foram identificadas		
Indicador 1: N° de procedimentos instaurados	2022: -	2023: -
Indicador 2: N° ACPs ajuizadas	2022: -	2023: -
Indicador 3: N° de termo de ajustamento de conduta TAC celebrados	2022: -	2023: -
Indicador 4: Quantidade de áreas de matas ciliares recuperadas	2022: -	2023: -

Programa: Fomentar a expansão da rede de saneamento básico do Estado do Piauí		
Ação 1: Fomentar parcerias entre as prefeituras, governo estadual e federal para permitir a expansão ou criação de saneamento básico nos municípios		
Indicador 1: N° de parcerias formalizadas e executadas	2022: -	2023: -
Indicador 2: N° de procedimentos instaurados	2022: -	2023: -
Indicador 3: N° ACPs ajuizadas	2022: -	2023: -
Indicador 4: N° de TACs celebrados	2022: -	2023: -
Ação 2: Promover ações e publicações educativas para melhoria do saneamento básico no Estado do Piauí		
Indicador 1: N° de pessoas alcançadas pelos eventos e campanhas	2022: -	2023: -

Consumidor

No eixo temático Consumidor, o Ministério Público do Estado do Piauí concentrou seus esforços na implementação de programas e ações destinadas a promover a defesa dos direitos dos consumidores, garantindo transparência, segurança e qualidade nos produtos e serviços oferecidos no mercado. Três áreas-chave foram priorizadas: promoção de ações educativas sobre os direitos do consumidor, garantia da quantidade e qualidade dos combustíveis oferecidos aos consumidores piauienses e adoção de medidas preventivas por meio da análise de dados.

Programa: Promover ações educativas do direito do consumidor		
Ação 1: Realizar ações educativas, preferencialmente nas instituições de ensino		
Indicador 1: Quantidade de instituições de ensino com ações educativas realizadas	2022: 16	2023: 22
Ação 2: Estruturar a escola de educação consumerista - EEDC		
Indicador 1: N° de servidores lotados na escola	2022: 00	2023: 00
Ação 3: Realizar atividades do MP em ação Procon Itinerante		
Indicador 1: Taxa de reclamações	2022: 735	2023: 1.252
Ação 4: Articular com a Coordenadoria de Comunicação Social a realização de campanhas periódicas para divulgar o site consumidor.gov.br no Estado do Piauí		
Indicador 1: N° de campanhas realizadas pela imprensa	2022: 20	2023: 22
Ação 5: Articular parcerias interinstitucionais para realização de ações educativas, voltadas para o consumo digital e prevenção a crimes virtuais		
Indicador 1: N° de cursos realizados com parceiros	2022: 00	2023: 00

Programa: Garantir a quantidade e qualidade dos combustíveis ao consumidor piauiense na prevenção de danos		
Ação 1: Fiscalizar postos de combustíveis		
Indicador 1: N° de postos fiscalizados por regional	2022: 602	2023: 664
Indicador 2: N° de postos autuados	2022: 193	2023: 153
Indicador 3: N° de multas aplicadas	2022: 00	2023: R\$ 3.003.515,20
Indicador 4: N° de multas recolhidas	2022: 00	2023: R\$ 349.301,00

Ação 2: Fiscalizar revendas de GLP		
Indicador 1: N° de revendas fiscalizadas por regional	2022: 11	2023: 00
Indicador 2: N° de revendas autuadas	2022: 00	2023: 00
Indicador 3: N° de multas aplicadas	2022: 00	2023: -
Indicador 4: N° de multas recolhidas	2022: 00	2023: -
Ação 3: Fiscalizar venda clandestina de combustíveis e gás de cozinha		
Indicador 1: N° de locais fiscalizados por regional	2022: 00	2023: 21
Indicador 2: N° de locais autuadas	2022: 00	2023: 21
Indicador 3: N° de multas aplicadas	2022: 00	2023: R\$ 156.911,56
Indicador 4: N° de multas recolhidas	2022: 00	2023: R\$ 24.709,00

Programa: Prevenir infrações através da análise de dados		
Ação 1: Manter atualizado o trabalho de dados do Procon		
Indicador 1: N° de painéis de BI atualizados e criados	2022: 39	2023: 44
Ação 2: Padronizar no SIMP movimentos na Rede Procon		
Indicador 1: N° de processos instaurados na Rede PROCON por regional	2022: 480	2023: 947

Comunicação Social

No eixo temático Comunicação Social, o Ministério Público do Estado do Piauí concentrou seus esforços na implementação de programas e ações destinadas a fortalecer a imagem e identidade institucional, bem como a promover a melhoria da comunicação interna. O objetivo é construir uma imagem sólida e positiva do MPPI perante a opinião pública, fortalecendo assim a confiança e credibilidade da instituição e promover um ambiente de trabalho mais colaborativo, produtivo e engajado, capaz de potencializar a atuação do MPPI em prol da sociedade.

Programa: Fortalecer a imagem e identidade institucional		
Ação 1: Investir na modernização e na ampliação dos canais de comunicação com a população		
Indicador 1: N° de atendimentos à imprensa	2022: 1.750	2023: 917
Ação 2: Investir no desenvolvimento de campanhas com publicações em diversas mídias		
Indicador 1: N° de matérias publicadas no site	2022: 856	2023: 1.220
Indicador 2: Índice de audiência da Rádio MPPI	2022: 1.619.078	2023: 118.746
Indicador 3: N° de campanhas desenvolvidas	2022: 63	2023: 24
Indicador 4: N° de visualizações no Youtube	2022: 15.452	2023: 104.302

Programa: Fomentar ações para melhoria da comunicação interna		
Ação 1: Publicação periódica dos atos; divulgação sistemática das decisões estratégicas; órgãos ligados à Administração Superior como porta-vozes dos feitos		
Indicador 1: N° de publicações - "Com a palavra, o PGJ"	2022: 43	2023: 31
Indicador 2: N° de matérias na intranet	2022: 204	2023: 144
Ação 2: Viabilizar uma maior aproximação entre a Administração Superior e as Promotorias de Justiça nos polos regionais		
Indicador 1: N° de encontros do projeto "Avante, PGJ" realizados	2022: 04	2023: 00
Indicador 2: N° de sugestões colhidas entre integrantes do MPPI, em pesquisas e encontros	2022: 27	2023: 00

Controle Interno

No eixo temático Controle Interno, o Ministério Público do Estado do Piauí adotou medidas perseguindo dois principais objetivos: promover uma cultura de controle e gestão de riscos na instituição, capaz de prevenir fraudes, erros e irregularidades, bem como de otimizar o uso dos recursos e alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos e integrar a gestão de riscos aos processos decisórios e operacionais do MPPI, garantindo uma abordagem sistemática e proativa na identificação e gestão dos riscos que possam afetar o alcance dos seus objetivos institucionais.

Programa: Implantar o sistema de controle interno integrado com gestão de riscos como instrumento de prevenção e detecção de riscos que impactem nos objetivos dos processos organizacionais		
Ação 1: Auxiliar no mapeamento dos processos de trabalho para a identificação dos pontos críticos ou sensíveis.		
Indicador 1: Quantidade de processos de trabalho mapeados	2022: 04	2023: 04
Ação 2: Detectar os riscos existentes nos processos de trabalho mapeados, atribuindo-lhes os responsáveis por sua detecção e estabelecimento das medidas de controle		
Indicador 1: Quantidade de medidas de controle implantadas nos pontos críticos	2022: -	2023: -
Ação 3: Normatização do Sistema de Controle Interno		
Indicador 1: Norma publicada no diário eletrônico do MPPI	2022: -	2023: -
Ação 4: Descentralização das atividades de controle interno para que cada macroárea realize o controle dos seus processos		
Indicador 1: Quantidade de processos com controle realizados por macroárea	2022: -	2023: -

Programa: Estabelecer a gestão de riscos na instituição como política institucional		
Ação 1: Capacitar membros e servidores na área de gestão de riscos		
Indicador 1: Nº de capacitações realizadas na área	2022: 01	2023: 01
Indicador 2: Nº de participantes	2022: -	2023: -
Ação 2: Contratar consultoria para auxiliar no processo de implantação da gestão de riscos		
Indicador 1: Nº de fluxos com riscos analisados	2022: -	2023: -
Ação 3: Construir a política de gestão de riscos institucional		
Indicador 1: Política de gestão de riscos implantada	2022: -	2023: -
Ação 4: Regulamentar a estrutura de gestão de riscos institucional		
Indicador 1: Ato normativo contendo a regulamentação da gestão de riscos DOEMPPI	2022: -	2023: -

Gestão Administrativa

Na área de Gestão Administrativa, o Ministério Público do Estado do Piauí concentrou seus esforços na priorização de programas e ações voltadas para a redução da burocracia no fluxo dos processos e para o aprimoramento da gestão de contratos administrativos. Reconhecendo a importância de agilizar e otimizar os procedimentos internos, o MPPI implementou medidas destinadas a simplificar e racionalizar os processos, eliminando etapas desnecessárias e promovendo a eficiência operacional. Além disso, foram adotadas estratégias para aprimorar a gestão de contratos administrativos, garantindo maior transparência, controle e efetividade na execução dos serviços e na aplicação dos recursos públicos.

Programa: Reduzir a Burocracia no fluxo dos processos		
Ação 1: Elaborar os POPs dos procedimentos de aquisições e contratações		
Indicador 1: N° de POPs dos processos críticos de aquisições e contratos	2022: 12	2023: 00
Ação 2: Desenhar todos os fluxos de processos/procedimentos e colocar na base de conhecimento do SEI		
Indicador 1: N° de fluxos inseridos na base de conhecimento do SEI	2022: 74	2023: 00

Programa: Aprimorar a gestão de contratos administrativos		
Ação 1: Fazer acompanhamento periódico da execução dos contratos administrativos		
Indicador 1: N° de contratos administrativos acompanhados	2022: 346	2023: 159
Ação 2: Implementar o Plano Anual de Contratações - PAC		
Indicador 1: PAC implementado	2022: 100,00%	2023: 100,00%

Gestão de Pessoas

Na área de Gestão de Pessoas, o Ministério Público do Estado do Piauí priorizou programas e ações voltadas para a implantação da gestão por competências, promoção da qualidade de vida no trabalho e fomento à cultura da gestão da mudança e inovação. Reconhecendo a importância do desenvolvimento e valorização dos colaboradores para o alcance dos objetivos institucionais, o MPPI implementou iniciativas para identificar e desenvolver as competências necessárias em seus quadros, alinhando as habilidades dos colaboradores com as demandas da instituição. Além disso, foram adotadas medidas para promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho, visando o bem-estar físico, emocional e profissional dos servidores. Também houve um foco na promoção da cultura da gestão da mudança e inovação, incentivando a adaptação às transformações organizacionais e a busca constante por novas soluções e práticas que agreguem valor ao trabalho desenvolvido pelo MPPI.

Programa: Implantar a Gestão por Competências		
Ação 1: Instituir normativo que regule a gestão por competências no MPPI		
Indicador 1: Ato normativo publicado	2022: -	2023: -
Ação 2: Elaborar descrição de cargos		
Indicador 1: N° de cargos com descrição elaboradas	2022: -	2023: -
Ação 3: Estabelecer métodos para apurar a produtividade		
Indicador 1: Percentual de produtividade	2022: -%	2023: -

Programa: Promover a qualidade de vida no trabalho		
Ação 1: Capacitar membros e servidores gestores em liderança		
Indicador 1: N° de líderes capacitados	2022: 23	2023: 00
Ação 2: Implementar projetos e práticas voltados para saúde e qualidade de vida dos integrantes do MPPI		
Indicador 1: N° de projetos e práticas de SQVT implementados	2022: 01	2023: 06

Programa: Promover a cultura da gestão da mudança e inovação		
Ação 1: Realizar a digitalização de assentamentos funcionais de membros e servidores, bem como realizar a atualização do banco de dados no sistema utilizado		
Indicador 1: Percentual de documentos digitalizados	2022: 100,00%	2023: 100,00%
Indicador 2: Percentual de documentos inseridos no sistema	2022: 100,00%	2023: 100,00%
Ação 2: Identificar e registrar os registros de contribuições recolhidas aos regimes próprios de previdência da União, dos Estados ou dos Municípios de membros e servidores que atualmente integram o MP		
Indicador 1: Nº de registros identificados e registrados	2022: 00	2023: 4.922

Gestão Orçamentária

Visando fortalecer a saúde financeira e a eficiência operacional e assegurar uma gestão orçamentária mais transparente, participativa e sustentável, capaz de promover o alcance dos objetivos estratégicos do MPPI de forma eficaz e responsável, foram estabelecidos os seguintes programas e ações prioritários: a otimização dos recursos disponíveis e do controle rigoroso dos gastos; a implantação e aprimoramento da gestão orçamentária colaborativa, com o engajamento de todas as áreas na elaboração e execução do orçamento, buscando maior transparência e alinhamento estratégico; e o fomento à captação de recursos externos, visando diversificar as fontes de financiamento e garantir a sustentabilidade financeira da instituição.

Programa: Promover uma gestão financeira e orçamentária mais eficiente		
Ação 1: Adquirir sistema integrado de gerenciamento do planejamento, aquisições, execução contratual e execução financeira e orçamentária		
Indicador 1: Percentual do orçamento (custeio e investimento) executado por centro de custos	2022: 0,00%	2023: 0,00%
Ação 2: Implantar o sistema integrado de gastos/custos com execução do orçamento		
Indicador 1: Quantidade de metas da instituição atendidas pelo orçamento	2022: 85,00%	2023: 96,94%

Programa: Implantar e aprimorar a gestão orçamentária colaborativa		
Ação 1: Fazer alinhamento das aquisições com o planejamento estratégico		
Indicador 1: Quantidade de aquisições alinhadas ao planejamento estratégico	2022: -	2023: 201
Ação 2: Realizar reuniões de análise crítica com os coordenadores administrativos		
Indicador 1: N° de reuniões realizadas	2022: 12	2023: 12

Programa: Fomentar a captação de recursos externos		
Ação 1: Buscar fontes alternativas de recursos		
Indicador 1: Montante de recursos oriundos de fontes alternativas	2022: R\$ 11.294.140,13	2023: R\$ 16.833.830,00

Tecnologia da Informação

No eixo temático Tecnologia da Informação, o Ministério Público do Estado do Piauí concentrou seus esforços na unificação de sistemas e na implantação da governança de TI como estratégias fundamentais para aprimorar a eficiência operacional e fortalecer a segurança da informação na instituição. Reconhecendo o papel crucial da tecnologia da informação na modernização e otimização dos processos internos, o MPPI priorizou a integração e padronização dos sistemas de informação em todas as áreas de atuação, visando garantir a interoperabilidade e a consistência dos dados institucionais. Além disso, foi dada ênfase à implantação da governança de TI, estabelecendo diretrizes, políticas e procedimentos para garantir a gestão estratégica dos recursos de TI, a proteção dos ativos de informação e o alinhamento da TI com os objetivos institucionais.

Programa: Proporcionar a unificação de sistemas		
Ação 1: Estudo das necessidades em Tecnologia da Informação nos setores, para o desenvolvimento de um sistema padrão ou uso de sistemas com interoperabilidade		
Indicador 1: Quantidade de sistemas com interoperabilidade implantada	2022: 03	2023: 02
Ação 2: Implantar novo sistema integrando os processos administrativos / patrimônio / financeiro / orçamento / planejamento / custos / RH / licitações / contratos.		
Indicador 1: Implantação de sistema integrado	2022: 00	2023: 01

Programa: Implantar Governança de tecnologia da informação		
Ação 1: Incrementar o CETI (Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação) e dar mais voz nas tomadas de decisões		
Indicador 1: Governança de TI implantada	2022: 00	2023: 100%
Ação 2: Capacitação de membros/servidores para governança da tecnologia da informação (CETI)		
Indicador 1: Quantidade de membros/servidores capacitados em Governança de TI	2022: 00	2023: 15

